

Dossiê

Burguesia industrial e inovação nas práticas de classe: a atuação política da FIERGS na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.1.3>



Marco André Cadoná

Docente e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: marco14cadona@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1580-5234>

RESUMO: O artigo problematiza as inovações políticas presentes nas práticas de classe mobilizadas pela burguesia industrial no Brasil, visando defender seus interesses em instâncias subnacionais de decisão estatal. O modo como o conceito de *práticas de classe* é utilizado pressupõe que as classes sociais definem e redefinem suas formas de atuação levando em consideração necessidades e oportunidades políticas que decorrem de suas experiências de lutas. Nesse sentido, tomando como referência a atuação política da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), são analisadas as continuidades e as mudanças nas práticas de classe da burguesia industrial gaúcha, visando defender seus interesses na Assembleia Legislativa. A análise enfatiza a criação de uma Agenda Legislativa Estadual que, a partir de 2020, deu uma nova organicidade às práticas classistas utilizadas pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul em sua relação com o poder legislativo subnacional.

PALAVRAS-CHAVE: Burguesia industrial; FIERGS; Práticas de Classe; Inovação Política; Agenda Legislativa.

Recebido em: 14/10/2022

Aprovado em: 19/08/2023



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

Neste artigo apresenta-se uma análise das inovações nas práticas de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em sua relação com o poder legislativo estadual. A atuação política da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) é tomada como referência para a investigação da dinâmica de definição e de redefinição das estratégias de atuação coletiva da burguesia industrial, visando a defesa de seus interesses de classe na Assembleia Legislativa.

O argumento principal apresentado é que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul promoveu, a partir de 2020, uma importante inovação nas práticas de classe utilizadas em sua relação com o poder legislativo ao construir uma *Agenda Legislativa Estadual*. A construção dessa Agenda Legislativa teve repercussões tanto intraclasse, quanto na relação da burguesia industrial com o poder legislativo no Rio Grande do Sul. No âmbito da própria classe, colocou-se como uma estratégia de discussão e de definição de uma agenda política comum para as suas mobilizações coletivas. Já no âmbito das relações com o poder legislativo estadual, possibilitou um acompanhamento e uma intervenção mais sistemática não somente dos trabalhos dos deputados, mas, também, dos processos decisórios no âmbito desse poder subnacional.

A relação entre a burguesia industrial e o poder legislativo já é, evidentemente, investigada na bibliografia que aborda a atuação política dessa fração da burguesia no Brasil. No entanto, os estudos existentes contemplam, em especial, a atuação de entidades nacionais (Confederação Nacional das Indústrias – CNI, por exemplo) com o legislativo federal, com ênfase na investigação da efetividade dessa atuação na defesa de seus interesses de classe (repercussões no processo decisório). Nesse sentido, poucos são os estudos voltados à dimensão subnacional de organização e de atuação da burguesia industrial, mas também ao processo de construção das agendas legislativas (construção de demandas, definição de interesses, transformação dessas demandas e interesses em agenda de classe).

A análise apresentada neste artigo pretende contribuir na reflexão sobre essas duas questões indicadas. Para além disso, no entanto, pretende-se contribuir na discussão teórica acerca das práticas de classe mobilizadas pela burguesia industrial na defesa de seus interesses de classe, com atenção especial aos momentos nos quais, confrontada pelas oportunidades e ameaças que se apresentam em suas experiências de lutas, a burguesia industrial define/redefine suas estratégias de atuação classista, compreendendo essas não somente às práticas coletivamente mobilizadas, mas também à dimensão político-ideológica de orientação dessas.

Ao tomar a atuação política da FIERGS como expressão das mobilizações coletivas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, considera-se que, já a partir dos anos 1980, a entidade passou a ter participação decisiva na construção de agendas políticas e na articulação de práticas classistas da burguesia industrial no estado gaúcho (Cadoná, 2009; Gros, 1990). Como indicava René Dreifuss (1986), o exercício do poder de uma classe não se esgota com a história de confabulações e conchavos, de eleições e diretrizes de governo. O poder de uma classe se expressa, também, no “preparo para a ação, pela potencialização dos atores” e, nesse processo, que não é espontâneo, certos agentes

coletivos têm importância fundamental. São agentes coletivos que atuam como um *córtex político*, ou seja, como órgãos que conseguem “visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis”, intervindo no interior das classes, buscando uma articulação hegemônica, procurando regular as relações divergentes, e perseguindo a produção de uma coesão interna de classe. Mas, também, como *estado-maior*, são órgãos capazes de operacionalizar os objetivos de classe e de viabilizar a inserção política e ideológica da classe, pretendendo que os projetos particulares classistas se convertam em demandas gerais, sociais e nacionais (Dreifuss, 1986). E é nesse sentido que entende-se a FIERGS como um centro irradiador de conscientização, de mobilização e de organização das lutas em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

Sob o ponto de vista metodológico, duas questões são importantes: a abordagem teórico-metodológica na análise das práticas classistas e os procedimentos metodológicos adotados.

Em relação à primeira questão, o pressuposto teórico-metodológico adotado no artigo se distancia de uma perspectiva que analisa as classes sociais, suas formas de organização e de consciência como resultado automático de uma estrutura de relações sociais de produção. Numa outra direção, considera-se que, na linha de argumentação proposta pelo historiador inglês Edward Thompson (1987), as estruturas objetivas não definem por si só as classes sociais, pois essas se organizam (e se desorganizam) enquanto vivem suas próprias histórias, suas experiências de lutas. Se a classe implica um “formar-se” enquanto força social e coletivamente organizada, então as práticas classistas também precisam ser compreendidas a partir do pressuposto de que elas se constituem nas próprias experiências de lutas das classes sociais.

A segunda questão está relacionada aos procedimentos metodológicos adotados. Nesse sentido, toma-se como referência principal da análise a primeira Agenda Legislativa Estadual, construída pela FIERGS em 2020. Uma agenda legislativa que, sob o ponto de vista de sua apresentação, foi organizada com o objetivo de definir as áreas temáticas de interesse da burguesia industrial nos trabalhos da Assembleia Legislativa gaúcha em 2020, os projetos vinculados a essas áreas temáticas e os seus posicionamentos em relação a esses projetos. Essas áreas temáticas, os projetos a elas vinculadas e os posicionamentos da FIERGS em relação a esses projetos foram, assim, fundamentais para orientar as direções da análise construída. Além disso, a revisão bibliográfica e o levantamento/sistematização de publicações que ocorreram durante 2020 em um semanário editado pela FIERGS denominado “A Semana” (que registra ações e posicionamentos políticos da entidade), foram considerados na contextualização histórica da atuação da FIERGS na Assembleia Legislativa gaúcha, e também na análise da construção da Agenda Legislativa de 2020.

Por fim, registre-se ainda neste texto de introdução que o artigo está estruturado em três partes além dessa e dos comentários finais, nos quais o objetivo da análise é retomado e as principais conclusões são indicadas com ênfase ao caráter inovador da construção da Agenda Legislativa nas práticas classistas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Na primeira parte são indicadas algumas direções analíticas presentes na bibliografia existente sobre a formação de classe da burguesia industrial no Brasil. São consideradas, nesse momento, aquelas que enfatizam a diversidade de

estratégias mobilizadas pelas instituições que representam seus interesses de classe e aquelas que atentam para situações mais específicas de mobilização de práticas classistas (como, por exemplo, pressões políticas em instâncias de decisão no Congresso Nacional). Na segunda parte, já considerando o material empírico que sustenta a análise, apresenta-se a Agenda Legislativa 2020, identificando as áreas temáticas que foram destacadas naquela agenda, os projetos de lei protocolados na Assembleia Legislativa gaúcha e vinculados às áreas temáticas definidas, e os posicionamentos da FIERGS em relação aos projetos apresentados. A apresentação da Agenda Legislativa 2020 permite, então, uma análise da importância dessa inovação nas práticas classistas da burguesia industrial, em suas mobilizações visando defender seus interesses de classe no legislativo estadual gaúcho.

2 Práticas de classe e inovações nas formas de atuação política: os caminhos da análise sobre a ação coletiva da burguesia industrial

As práticas classistas da burguesia industrial no Brasil, bem como as diferentes estratégias em que estão implicadas, há muito tempo são objeto de estudo na bibliografia que analisa a participação política da burguesia na dinâmica histórica de desenvolvimento do capitalismo no país. Nessa, é possível encontrar análises que consideram a diversidade de estratégias que, num determinado contexto histórico, são mobilizadas pelas instituições de representação sociopolítica dos interesses da burguesia. Ainda, são análises que atentam para situações mais específicas, como, por exemplo, a relação de uma fração da burguesia com o legislativo, a formação de redes de relacionamento, as pressões políticas junto ao poder executivo visando defender determinada política governamental, e etc., nas quais diferentes formas de atuação e de estratégias políticas são adotadas pela burguesia na defesa de seus interesses de classe.

Dentre as análises que se inscrevem no primeiro grupo, uma referência importante encontra-se nos estudos realizados por René Dreifuss sobre as *elites orgânicas* e as *estratégias e táticas do empresariado transnacional*. Em seu livro “1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”, Dreifuss desenvolveu uma ampla investigação, preocupada com a identificação das forças sociais e políticas que emergiram na sociedade brasileira com o processo de internacionalização (em especial a partir da segunda metade do século XX) e que deram sustentação ao capitalismo associado e dependente que se consolidou no país a partir do golpe militar de 1964 (Dreifuss, 1987).

Ao desvendar as forças sociais e políticas que sustentaram um projeto de capitalismo dependente e associado naquele processo histórico, bem como as formas concretas de ação coletiva por elas utilizadas para fazerem prevalecer seus interesses e suas concepções políticas e ideológicas, Dreifuss criticou uma importante tese, presente na historiografia brasileira, sobre o envolvimento político dos empresários na dinâmica histórica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a tese em defesa da tradicional falta de interesse político dos empresários, bem como da fragilidade de suas formas de organização e de ação. Contrapondo-se a ela, demonstrou que muitos políticos influentes, líderes de

partidos políticos, governadores, “eram eles próprios empresários”; que os círculos internos de várias administrações estatais, já a partir do governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), eram “predominantemente formados de industriais e banqueiros ou políticos com fortes ligações empresariais” (Dreifuss, 1987, p. 481); e que muitas análises sobre o contexto histórico que resultou no golpe militar de 1964 negligenciaram a importância do empresariado na liderança política dos acontecimentos e na definição de diretrizes e táticas políticas, “empregadas para enfrentar a crise de insubordinação das classes dominadas [...] e o desejo de controlar o Estado por parte dos industriais e banqueiros do bloco de poder multinacional e associado” (Dreifuss, 1987, p. 482).

Naquele contexto, segundo Dreifuss (1987, p. 484), as classes dominantes eram lideradas “por uma vanguarda composta, basicamente, de seus próprios membros, a elite orgânica”, uma elite orgânica que agia e mobilizava ações tanto no interior das classes dominantes, “almejando uma articulação hegemônica e procurando regular relações conflitivas, visando à produção de coesão interna de classe, numa organização adequada e factível” (Dreifuss, 1986, p. 26), quanto na mediação entre a estrutura das classes dominantes e os conflitos de classe. Consolidava-se, assim, como uma liderança de classe capaz de viabilizar a inserção político-ideológica, a comunicação de seus projetos classistas, as mobilizações e as pressões políticas, visando converter seus projetos classistas em demandas gerais, expressões das próprias agendas nacionais (Dreifuss, 1986, p. 27).

A proposta teórico-metodológica de René Dreifuss tornou-se uma inspiração para pesquisadores que, há décadas, se ocupam com a interpretação das ações e táticas utilizadas pelas classes dominantes no Brasil. Dentre os pesquisadores mais recentes, cabe destacar o estudo realizado por Flávio Henrique Casimiro, intitulado “Nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo” (Casimiro, 2018).

Através da análise da atuação política e ideológica da burguesia brasileira, desde os anos 1980 Casimiro investiga a atuação articulada de organizações burguesas na produção e na difusão de diretrizes de ação estrutural para a construção da hegemonia burguesa, que contam com o suporte financeiro de grandes grupos industriais e financeiros, nacionais e multinacionais (Casimiro, 2018, p. 33). Considera, ainda, a organização dos aparelhos de difusão do liberalismo e da ação doutrinária através de entidades comprometidas com a disseminação de concepções políticas e ideológicas vinculadas aos interesses de classe da burguesia no país, e contempla a capacidade de articulação dos intelectuais orgânicos da burguesia, demonstrando que a atuação desses vai muito além dos limites institucionais, buscando a produção de consenso através de diferentes estratégias, seja por meio da formação de lideranças, da inserção em veículos de comunicação e em entidades de representação de classe, e na atuação nos partidos políticos, seja nos espaços estatais, visando definir/redefinir a estrutura institucional do Estado brasileiro (Casimiro, 2018, p. 35-36).

Não menos importante, são as análises que resultam de pesquisas que se utilizam de determinados conceitos desenvolvidos nas ciências sociais para a investigação da ação coletiva de diferentes frações da burguesia, muitas vezes em conjunturas e relações específicas (com uma determinada instância de decisão estatal, por exemplo). *Redes transassociativas* (Minella, 2007), *grupos*

de interesses e lobbying empresarial (Mancuso, 2003; Santos et. al., 2021), por exemplo, são alguns desses conceitos utilizados nas últimas décadas.

O conceito de redes transassociativas foi cunhado por Ary Minella em seus estudos sobre a importância das redes sociais na organização e na atuação política do empresariado financeiro na América Latina, em especial no Brasil (Minella, 2007). Motivado pela possibilidade de uso da metodologia de análise de redes sociais em suas pesquisas sobre a estrutura de representação de classe do empresariado financeiro, Minella investigou a presença de instituições financeiras estrangeiras na composição das diretorias de 19 associações de bancos em treze países latino-americanos, num total de 212 cargos de direção nessas instituições de representação de classe do setor financeiro (Minella, 2007, p. 32). Os resultados de sua investigação indicaram uma ativa presença de bancos estrangeiros, que controlavam – no momento da realização da pesquisa, no ano de 2000 – quase a metade dos cargos de direção nas associações de bancos analisadas.

Mais significativa, no entanto, foi a constatação que o autor fez acerca desse controle das associações bancárias por alguns poucos bancos estrangeiros. Segundo ele, a “[...] participação simultânea de uma mesma instituição, grupo ou conglomerado financeiro em diversas associações estabelece uma conexão entre elas [...]”; ou seja, forma redes transassociativas, centrais “[...] na configuração da estrutura de representação de classe formada pelas associações de bancos [...]” (Minella, 2007, p. 32). Nesse sentido, Minella constatou que, tão ou mais importante que a conexão que se observa entre diferentes associações de classe (por exemplo, através da existência de uma “federação agregadora”) é a “[...] conexão não-institucionalizada ou não-formalizada entre essas associações, em distintos graus, estabelecida pela presença comum em suas diretorias de um mesmo grupo ou conglomerado financeiro” (Minella, 2007, p. 47).

Os conceitos de grupos de interesse e de lobbying empresarial são utilizados por Manoel Leonardo Santos e por Wagner Pralon Mancuso em suas pesquisas sobre a atuação de grupos empresariais nas atividades da Câmara de Deputados, em especial no que diz respeito às estratégias que são utilizadas pelos mesmos, visando influenciar o processo legislativo. Através do conceito de grupos de interesses, os autores procuram dar conta das estratégias utilizadas por empresas, grupos de empresas, e associações empresariais, que, em função de um determinado interesse específico ou compartilhado entre si, procuram influenciar o processo decisório de uma política pública em seu favor. Já o conceito de lobbying empresarial remete às estratégias utilizadas pelos grupos de interesses, ilustrando como esses grupos articulam ações e pressionam o processo estatal de tomada de decisões, procurando dar direção a essas decisões.

Em pesquisa recente sobre a atuação dos grupos de interesses em comissões permanentes da Câmara dos Deputados, na legislatura de 2011 a 2015, os autores demonstraram que a participação empresarial no financiamento das campanhas de membros de Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados teve presença relevante em todas as comissões (Santos et. al., 2021). No que diz respeito à participação dos grupos que representam os interesses do empresariado no processo decisório, também identificaram a predominância e a centralidade de grupos de interesses nas comissões, em especial em

comissões relevantes para a atividade econômica, como foram os casos da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) (Santos et. al., 2021). Considerando que desde 2015 “[...] o sistema político brasileiro proibiu as doações empresariais para partidos e candidatos”, os autores indicam que, nesse novo cenário, “[...] é plausível supor que [...] as ações de lobbying ganharão ainda mais relevância para a influência política dos setores econômicos na política”; o que torna ainda mais importante a realização de estudos que objetivem compreender “[...] as conexões do poder econômico com a política por meio do lobbying” (Santos et. al., 2021, p. 43).

A análise proposta no presente artigo se soma aos esforços já existentes de compreensão das diferentes estratégias de atuação classista, mobilizadas pela burguesia industrial com o objetivo de defender seus interesses de classe. No entanto, ao propor uma análise sobre a *inovação das práticas classistas*, pretende-se colocar em questão a dinâmica de configuração/reconfiguração presente nas práticas dessa fração da burguesia no Brasil.

Importante destacar que não há um conceito de “inovação das práticas classistas”. Nesse sentido, a noção de *inovação* é aqui considerada como expressão de dinâmicas através das quais sujeitos coletivos adotam novas ideias e novas formas de atuação que, efetivamente, redefinem (muitas vezes ampliando) sua capacidade organizacional e de intervenção sociopolítica. “Práticas classistas”, no entanto, é um conceito reconhecido na tradição marxista de análise das classes sociais. Nessa tradição, “práticas de classe” se referem às diferentes estratégias de atuação sociopolítica – organização de eventos que visam a discussão de agendas política no interior da própria classe, eleição de representantes em cargos eletivos, realização de mobilizações coletivas, organização de lobby etc. – que indivíduos, grupos e instituições de determinada classe social (ou fração de classe) mobilizam “com a finalidade de concretizar ao menos alguns de seus interesses de classe” (Guareschi, 1992, p. 44).

O que se pretende enfatizar com a análise das inovações das práticas classistas da burguesia industrial, é que uma classe não existe como uma entidade abstrata, com consciência e capacidade de atuação mecanicamente definidas a partir da posição que indivíduos e grupos ocupam no conjunto de relações sociais de produção numa determinada sociedade. Na direção que defendia Edward Thompson, uma classe “se faz” em suas próprias lutas, sendo importante considerar suas formas de articulação coletiva, mesmo a existência de uma consciência (de classe) dos interesses coletivamente partilhados, como efeitos de um processo histórico concreto de luta de classes (Thompson, 1987).

Nessa direção, pode-se afirmar que as práticas classistas que são mobilizadas por uma fração de classe (a burguesia industrial, por exemplo) não são estáticas, mas podem ser modificadas, adaptadas, “improvisadas” a partir e nas próprias experiências de lutas, das aprendizagens que resultam dessas, das oportunidades e das necessidades que novas conjunturas históricas podem oferecer. Assim como o uso repetido de determinadas estratégias de ação coletiva pode diminuir sua eficácia, impulsionando a criação de novas estratégias, as novas conjunturas históricas (e a possibilidade de novas agendas políticas, de novas forças políticas, de novas interações entre forças políticas e sujeitos coletivos, de

novas formas de institucionalização dos conflitos etc.) também podem impulsionar a necessidade de redefinição de estratégias já existentes ou, então, a construção de novas.

Se tomadas as práticas classistas da burguesia industrial no Brasil, elas próprias ilustram esse dinamismo presente nas estratégias políticas utilizadas por uma determinada classe social. A conjuntura histórica inaugurada com o término do regime autoritário (1964 – 1985) e a emergência de um processo histórico de democratização, por exemplo, cobrou das lideranças políticas e das instituições de representação sociopolítica da burguesia industrial novas estratégias de atuação política, tanto nas instâncias de decisão estatal (executivo e legislativo, em especial) quanto na relação direta com o movimento operário no país. Se, durante o período autoritário, o movimento operário estava sob o controle violento dos aparelhos de Estado e os canais de atuação no Executivo e no Legislativo (tanto em nível estadual quanto em nível nacional) eram restringidos pela cultura autoritária então vigente, a transição política iniciada em 1985 exigiu das diferentes frações da burguesia mudanças nas formas (internas) de organização e de mobilização política, além de intervenção no processo decisório nas diferentes instâncias de poder estatal (Diniz, 1986).

No âmbito das decisões tomadas nas instâncias de poder estatal, a mobilização política que se observou na elaboração da Constituição de 1988, por exemplo, foi ilustrativa das mudanças que ocorreram sob o ponto de vista da formação de classe da burguesia industrial no país. Desde a participação que suas lideranças políticas tiveram nas eleições que elegeram os deputados e senadores constituintes, passando pela mobilização política intraclasse, pelas campanhas publicitárias realizadas visando criar hegemonia na sociedade brasileira em torno de agendas defendidas, até a atuação direta nos trabalhos de elaboração da nova carta constitucional (Cadoná, 2002; Diniz, 1987; Gros, 1990). Naquele contexto, diferentes instituições de representação sociopolítica da burguesia industrial no país, tais como as federações estaduais e a CNI, tornaram-se espaços políticos de grande importância, a partir dos quais uma elite industrial passou a agir na definição de agendas políticas capazes de mobilizar a atuação coletiva dos industriais (buscando, portanto, a articulação hegemônica no interior da classe) e, também, na mobilização coletiva com vistas a tornar o projeto particular classista em projeto “geral”, “nacional”.

As práticas classistas utilizadas pela burguesia industrial durante o período autoritário não foram, necessariamente, abandonadas. Mas a conjuntura política que se iniciou com a abertura política impulsionou uma maior atuação sociopolítica de amplos segmentos da sociedade brasileira (inclusive do operariado) e acenou para possibilidades de maior participação nos processos decisórios de importantes instâncias estatais (a nova Constituição do país, por exemplo). Nesse sentido, aquela conjuntura política cobrou das diferentes frações da burguesia no Brasil adaptações, e, principalmente, a criação de novas estratégias de atuação e de defesa de seus interesses de classe, tanto no âmbito da sociedade política quanto nas relações com as classes populares e de trabalhadores do país.

3 A Agenda Legislativa 2020 e as prática classistas da burguesia industrial na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

O interesse da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em defender seus interesses de classe junto ao poder legislativo estadual não é novo e está registrado na bibliografia que analisa a formação de classe desse segmento regional da burguesia industrial no Brasil (Cadoná, 2002, 2016; Gros, 1990). Ainda durante o período militar, as lideranças industriais, em especial através da FIERGS, adotavam diferentes estratégias de atuação política visando defender os interesses econômicos das indústrias instaladas no estado (na discussão das políticas estaduais de subsídios e de renúncias fiscais, por exemplo) e, mesmo, na construção de agendas de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul (Gros, 1987, 1990).

Desde aquele período algumas estratégias de atuação política adotadas permitem que se visualize um itinerário mais ou menos habitual na relação que a burguesia industrial estabelece com o poder legislativo estadual. Dentre essas práticas classistas, certamente destacam-se: o apoio direto na eleição de deputados estaduais; o contato direto e individual com deputados (através de reuniões, encaminhamento de projetos, convite para participar de atividades em regiões do estado onde têm suas bases eleitorais etc.); a organização de reuniões com grupos de deputados (na Sede da FIERGS ou, então, na própria Assembleia Legislativa); a participação em Comissões da Assembleia; a apresentação de propostas/projetos/documentos a deputados e à presidência da Assembleia; a participação e a pressão (através de comitivas) nos trabalhos realizados no Plenário da Assembleia; o envio de cartas/mensagens para os deputados; as reuniões no interior do estado com a participação de deputados; a publicação em jornais de Porto Alegre, visando criar consensos em torno de suas demandas na Assembleia Legislativa; e a organização de mobilizações conjuntas com entidades de representação dos interesses de classe de outras frações da burguesia no Rio Grande do Sul (Cadoná, 2002, 2009, 2016).

Um exemplo ilustrativo, de um período mais recente, está relacionado às mobilizações (anuais) contrárias ao salário mínimo regional no Rio Grande do Sul. Criado no estado gaúcho em 2001, desde então, as lideranças da burguesia industrial, juntamente com lideranças de outras frações da burguesia (em especial a FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, e da FEDERASUL – Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul), promovem anualmente mobilizações políticas, que compreendem várias estratégias de pressão junto aos deputados estaduais e nos trabalhos da Assembleia Legislativa. Nessas mobilizações, os contatos diretos com os deputados, as pressões durante as votações na Assembleia, a intervenção nos meios de comunicação, o uso de canais de comunicação próprios, a reunião entre industriais e deputados, e as reuniões com deputados e representantes do executivo estadual, definem um padrão de práticas classistas que, desde a criação do salário mínimo regional no estado, são utilizadas visando impedir reajustes diferenciados ou, mesmo, a extinção do salário mínimo regional, considerado sempre um “fator negativo a comprometer a competitividade da economia gaúcha” (Cadoná, 2016).

A partir de 2020, no entanto, as práticas classistas da burguesia industrial, visando a defesa de seus interesses de classe na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentaram uma inovação política importante através da criação de uma Agenda Legislativa Estadual. Cabe destacar que a criação de Agendas Legislativas é uma prática classista que, em nível nacional, a burguesia industrial adota desde a década de 1990. Mais precisamente, a partir de 1996, anualmente, a CNI elabora Agendas Legislativas Nacionais, com as quais articula a defesa dos interesses de classe da burguesia industrial no Congresso Nacional (Cadoná, 2015), uma prática classista que também já está presente em nível subnacional, pois há federações estaduais da indústria que, ainda antes de 2020, já elaboravam suas agendas legislativas – a FIEP (Federação das Indústrias do Paraná), por exemplo, tem uma agenda legislativa desde 2007 (FIEP, 2023).

Nesse sentido, a construção de uma agenda legislativa estadual pela FIERGS representa uma adaptação, por parte das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, de um trabalho que já era realizado pela CNI e por outras federações estaduais da indústria. Ao ser construída na escala estadual, a agenda legislativa coloca a burguesia industrial numa relação com uma instância de poder estatal que, apesar de ser subnacional, está mais próxima, inclusive geograficamente, de suas instituições de representação de interesse. Mas não somente isso, pois é importante considerar que o espaço estadual historicamente se colocou como um espaço de lutas políticas e ideológicas em torno de estratégias de ação/reação diante das políticas governamentais adotadas em nível nacional. E, inclusive, diante do próprio processo de mundialização do capital, sendo ilustrativo que, desde a década de 1990, diferentes governos estaduais praticam uma verdadeira guerra fiscal, visando atrair investimentos privados para seus territórios. Interferir nas instâncias estaduais, nesse sentido, tem grande importância para a criação tanto de estratégias de proteção dos investimentos privados localizados nos territórios subnacionais, quanto na atração de investimentos privados do exterior; mesmo de pressão junto ao governo federal para que as políticas adotadas em nível nacional contemplem os interesses estaduais.

A Agenda Legislativa Estadual foi lançada em abril de 2020 pelas lideranças da FIERGS com o objetivo de “[...] divulgar a opinião e o entendimento da entidade acerca dos efeitos, sobre o setor industrial, de mais de 50 matérias protocoladas pelos deputados estaduais”, e para “[...] reforçar a interlocução com os parlamentares na ação de defesa dos interesses da indústria” (FIERGS, 2020b). Em seu lançamento, as lideranças da FIERGS enfatizaram que, com a publicação da Agenda, pretendiam trazer “[...] o posicionamento técnico que já chega aos gabinetes e assessorias dos deputados estaduais na forma de pareceres das equipes técnicas dos conselhos temáticos da Federação” (FIERGS, 2020b).

Observe-se, nesse sentido, que a construção da Agenda Legislativa Estadual ocorreu no âmbito da FIERGS como resultado de um trabalho de lideranças industriais que compõem a diretoria da entidade e das equipes técnicas que assessoram o trabalho dessas lideranças no conjunto de Conselhos Temáticos que compõem a estrutura organizativa da entidade: o CONAGRO – Conselho de Agroindústria; o CONTEC – Conselho Técnico de Assuntos Tributários, Legais e Cíveis; o

COTECOM – Conselho de Construção Civil; o COINFRA – Conselho de Infraestrutura; o COPEMI – Conselho da Pequena e Média Indústria; o COAP – Conselho de Articulação Parlamentar; o CIDADANIA – Conselho de Cidadania; o CITEC – Conselho de Inovação e Tecnologia; o CONTRAB – Conselho de Relações de Trabalho; o CONASE – Conselho de Articulação Sindical e Empresarial; o CONCEX – Conselho de Comércio Exterior; o CONCLIDER – Conselho de Futuras Lideranças do Sistema FIERGS; e o CODEMA – Conselho de Meio Ambiente (FIERGS, 20--). Embora essa estrutura organizativa compreenda a participação de lideranças industriais de todos os setores da estrutura industrial gaúcha e de todas as regiões do estado, não há registro de que a Agenda Legislativa tenha sido construída com uma mobilização prévia, que envolvesse sua apresentação e sua discussão para além da direção da FIERGS. As manifestações das lideranças industriais, no entanto, nos momentos de apresentação da Agenda, indicavam sua importância para um trabalho articulado e unificado da burguesia industrial na Assembleia Legislativa.

Inicialmente, o lançamento da Agenda legislativa ocorreria no dia 18 de março de 2020 no Salão Júlio de Castilhos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com a esperada participação não somente da presidência da Assembleia, mas também de um grande número de deputados estaduais. No entanto, devido às medidas de contenção de público externo no parlamento gaúcho, ocasionadas pelo avanço da pandemia da COVID-19, o evento foi cancelado e a Agenda chegou aos deputados e à presidência da Assembleia através de contatos diretos e individualizados estabelecidos pelas lideranças da FIERGS (FIERGS, 2020).

Sob o ponto de vista de sua apresentação, a Agenda Legislativa 2020 foi organizada em cinco áreas temáticas (agroindústria, sistema tributário, relações de trabalho, infraestrutura e meio ambiente), além de projetos de “Interesses Setoriais”, totalizando 53 projetos de lei protocolados no ano legislativo de 2019. Para cada projeto de lei, a Agenda registrou a sua identificação, o/a deputado/a que o apresentou, uma ementa, uma explicação da ementa, a situação de tramitação na Assembleia e os posicionamentos da FIERGS, definidos como “convergentes”, “convergentes com ressalvas” e “divergentes”. O quadro a seguir (Quadro 01) registra a distribuição dos projetos de lei por áreas temáticas e os posicionamentos da FIERGS em relação aos mesmos.

Quadro 1 – Projetos de Lei considerados na Agenda Legislativa Estadual 2020, por áreas temáticas, vínculo partidário da autoria dos Projetos e posicionamentos da FIERGS

Área Temática*	Agroindústria			Meio Ambiente			Relações de Trabalho			Infraestrutura			Sistema Tributário		
	C	CR	D	C	CR	D	C	CR	D	C	CR	D	C	CR	D
Partido do Autor															
<i>MDB</i>	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01	-	01
<i>PT</i>	-	-	10	01	-	04	-	-	03	-	-	-	-	-	-
<i>PSOL</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	03
<i>PSB</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
<i>PDT</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-
<i>PTB</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	-
<i>PSL</i>	-	-	01	-	-	01	-	-	-	-	-	01	-	01	-
<i>PODEMOS</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>PSD</i>	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>PRB</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>PSDB</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01	-	02	-
<i>TOTAL</i>	12			07			09			01			10**		

Fonte: Autoria própria com base nos dados da FIERGS (2020a).

Legendas: C – Convergentes; CR – Convergentes com Ressalvas; D – Divergentes; MDB – Movimento Democrático Brasileiro; PT – Partido dos Trabalhadores; PSOL – Partido Socialismo e Liberdade; PSB – Partido Socialista Brasileiro; PDT – Partido Democrático Trabalhista; PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; PSL – Partido Social Liberal; PSD – Partido Social Democrático; PRB – Partido Republicano Brasileiro; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

*Não estão registrados no quadro os 12 Projetos de Lei considerados na Agenda como projetos de “interesse setorial”. Dos 12 Projetos, em 02 o posicionamento foi de “convergência” (01 com autoria de deputado do PSL e 01 com autoria de deputado do MDB), e em 10 de “divergência” (03 com autoria de deputados do PTB, 01 com autoria de uma deputada do PSOL, 02 com autoria de deputados do PT, 01 com autoria de deputado do PDT e 01 com autoria de deputado do PSL).

**Um projeto de Lei vinculado ao Sistema Tributário, com o qual a FIERGS divergiu, teve como autor o Poder Judiciário.

Os dados apresentados permitem perceber, de imediato, duas questões. A primeira é que na maioria dos projetos de lei considerados na Agenda Legislativa 2020, o posicionamento político das lideranças da burguesia industrial foi de “divergência”: dos 53 projetos de lei considerados, em 45 (ou em 84,9%) os posicionamentos foram de “divergência”. A segunda é que, dentre os autores dos projetos de lei considerados (e aqui destaque-se, também, aqueles com os quais os posicionamentos foram de divergência), o maior grupo estava constituído por deputados/as do PT: embora 01 projeto de lei com o qual as lideranças industriais convergiram teve como autor um deputado do PT, 20 dos 45 com os quais houve divergência tinham como autores deputados/as do PT.

Mais importante, no entanto, é a identificação de quais os objetos dos Projetos de Lei que, a partir do trabalho de mapeamento e de seleção realizado pelas lideranças industriais da FIERGS, foram considerados prioritários para a burguesia industrial. Nessa direção, nos parágrafos seguintes são identificados, nas cinco áreas temáticas com as quais a Agenda Legislativa 2020 foi organizada, quais foram esses projetos de lei, bem como os argumentos que foram utilizados para justificar os posicionamentos em relação aos mesmos.

Na área temática *Agroindústria*, em todos os projetos de lei considerados na Agenda, as lideranças da burguesia industrial defenderam posições divergentes. Em relação aos seus objetos: 04 deles propunham a obrigatoriedade de informações sobre o uso de agrotóxicos ou a quantidade de açúcar/sal em produtos alimentares produzidos/comercializados no Rio Grande do Sul; 01 propunha a criação de um “Dia Sem Carne” na rede pública de ensino do Rio Grande do Sul; 01 propunha a instalação de videomonitoramento em abatedouros existentes no Rio Grande do Sul; 01 propunha que as empresas privadas distribuíssem gratuitamente EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para agricultores vinculados a sistemas integrados de produção agroindustrial (nos quais são utilizados agrotóxicos); 01 propunha que a classificação do tabaco passasse a ser realizada na propriedade dos agricultores e não nas dependências das indústrias; 01 propunha a padronização na inserção das datas de fabricação e de validade nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Rio Grande do Sul; e 03 propunham a proibição da produção e da comercialização de determinados agrotóxicos no Rio Grande do Sul (FIERGS, 2020a, p. 7-20).

64

A divergência das lideranças industriais em relação a esses projetos de lei foi justificada por meio de três argumentos: Primeiro, indicando-se a *inadequação da regulamentação*, utilizado especificamente para justificar a contrariedade quanto à instituição de “um dia sem carne” na rede pública de ensino do Rio Grande do Sul; Segundo, questionando-se a *competência estadual na regulamentação* – argumento foi utilizado tanto nas justificativas contrárias à proibição de produção/comercialização de agrotóxicos, quanto nas justificativas contrárias à indicação do uso de agrotóxicos ou sal/açúcar em produtos alimentares; Terceiro, alegando-se *perda de competitividade para a indústria e, mesmo, para a economia gaúcha*, sendo esse argumento o que mais aparece dentre as justificativas apresentadas. A título de ilustração, considere-se a justificativa de contrariedade em relação ao Projeto de Lei n. 206/2019, que dispunha sobre a obrigatoriedade da divulgação do quantitativo de sal e açúcar nos rótulos de alimentos, refrigerantes e sucos produzidos, comercializados e envasados no Rio Grande do Sul:

O Projeto de Lei em questão pretende que a informação sobre a quantidade de sal e açúcar contida em alimentos seja por meio de medidas caseiras (colher, xícara, copo). Cabe destacar que não raro estes instrumentos de medição podem variar. A imprecisão destas informações pode trazer efeito contrário ao pretendido, gerando confusão e dificultando a escolha pelo consumidor.

A utilização de 20% do espaço do rótulo somente para a informação referida é impraticável, diante do grande número de dados que já devem constar neste espaço, por determinação das legislações vigentes.

Entendemos ser um processo oneroso para a indústria gaúcha, prejudicando a capacidade competitiva, diante de mercadorias vindas de outros estados, que não teriam de se submeter aos mesmos critérios. Ademais, a indústria gaúcha teria de dispor de rótulos diferentes para cada tipo de produto, conforme sua distribuição interna e para fora do Estado, aumentando sobremaneira os custos de produção (FIERGS, 2020a, p. 15).

Na área temática *Infraestrutura* foram considerados somente 02 Projetos de Lei: 01 propondo a proibição de cobrança de uma tarifa mínima de consumo para as concessionárias prestadoras de serviços essenciais de água e energia elétrica; e 01 propondo a implantação de um “Pedagiômetro” no Rio Grande do Sul. Nos dois casos, as lideranças industriais se posicionaram contrárias. Em relação ao primeiro projeto de lei, o argumento utilizado para justificar a contrariedade foi que “Contratos e concessões devem ter suas regras e normas contratuais cumpridas” e mudanças podem “[...] alterar a viabilidade econômica da prestação de serviços”. Em relação ao segundo, o argumento utilizado foi que a concessionária já publica todas as informações em seu site e que, nesse sentido, a publicação em painéis eletrônicos nas praças de pedágio é “[...] totalmente desnecessária” (FIERGS, 2020a, p. 22-24).

Na área temática *Meio Ambiente* foram 07 Projetos de Lei, sendo que em 01 o posicionamento foi de “convergência” e em 06 de “divergência”. O projeto de lei com o qual as lideranças industriais posicionaram-se favoravelmente dispunha sobre o zoneamento ecológico-econômico do estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo fases, critérios, objetivos e produtos. O argumento utilizado para a defesa do projeto foi de que a FIERGS “sempre defendeu” a necessidade de um zoneamento ecológico-econômico no Rio Grande do Sul, “[...] uma vez que é um instrumento de planejamento que ordena as atividades produtivas, objetivando maximizar os ganhos econômicos e sociais, na tentativa de minimizar os impactos ambientais” (FIERGS, 2020a, p. 28). Em relação aos Projetos de Lei com os quais houve divergência: 02 dispunham sobre a utilização de tecnologias sustentáveis na implantação e no tratamento de efluentes; 01 propunha a obrigatoriedade de contratação de responsável técnico em meio ambiente pelas empresas potencialmente poluidoras e em operação no Rio Grande do Sul; 01 propunha maior regulamentação sobre a conservação, a proteção, a regeneração e o uso sustentável do bioma pampa; 01 propunha a vedação da concessão de novas licenças ambientais para a atividade de mineração e exploração do carvão mineral no RS; e 01 propunha novos instrumentos e critérios para a formulação do zoneamento ecológico-econômico costeiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2020a, p. 25-33). Quatro argumentos foram utilizados para justificar as divergências em relação a esses projetos de lei: a não inovação em relação a legislação já existente; a inconstitucionalidade de algumas propostas; a “invasão de competência privativa da União”; e o afronte, de determinadas propostas, à livre iniciativa. Esse último argumento foi utilizado especificamente na justificativa da divergência em relação ao Projeto de Lei n. 337/2019, que dispunha “sobre a vedação da concessão de

novas licenças ambientais para atividade de mineração e exploração de carvão mineral” no Rio Grande do Sul:

Nota-se que o texto, ao vedar a concessão de novas licenças ambientais para atividade de mineração e exploração de carvão mineral no Rio Grande do Sul, não fica adstrito à matéria de cunho ambiental; por vias indiretas, acaba por estabelecer uma verdadeira proibição para a mineração e exploração de carvão mineral no território gaúcho.

Há, portanto, afronta ao disposto no artigo 22, inciso XII, da Constituição Federal, que atribui competência privativa à União para legislar sobre recursos minerais, visto que o PL, indiretamente, proíbe a atividade de mineração de carvão no Estado do RS (FIERGS, 2020a, p. 32).

Em relação à temática *Sistema Tributário*, a Agenda Legislativa 2020 considerou 11 Projetos de Lei e os posicionamentos das lideranças industriais foram de “convergência” em 01, de “convergência com ressalvas” em 04, e de “divergência” em 06.

O projeto de lei com o qual houve “convergência” propunha a instituição de um Código de Defesa do Contribuinte do Estado do Rio Grande do Sul. Na justificativa de seu posicionamento, as lideranças industriais destacaram que:

Em um ambiente de crescente aumento de carga tributária, de criação de mecanismos de legalidade duvidosa com o intuito de aumentar a arrecadação, de inseguranças sobre as informações tributárias a serem prestadas ao Fisco, mostra-se benéfico o esforço para harmonizar as relações entre contribuintes e Estado, mediante cooperação, respeito mútuo e parceria (FIERGS, 2020a, p. 52).

Quanto aos projetos de lei nos quais os posicionamentos das lideranças industriais foram de “convergência com ressalvas”, 01 propunha que a concessão de descontos progressivos no IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), quando o condutor e proprietário de automóvel não cometer infração, fosse estendido a pessoas jurídicas. As lideranças industriais ressaltaram que se tratava de um pleito antigo das empresas, mas defenderam que, além desta modificação, a punição fosse “[...] limitada ao condutor e a placa, ou seja, se a empresa tiver mais de um veículo em seu nome e sofrer uma infração, o desconto se mantenha para os demais veículos” (FIERGS, 2020a, p. 54-55). Os outros 03 Projetos de Lei estavam relacionados a incentivos fiscais (para empresas da fronteira do estado) ou a isenções fiscais (para o setor de máquinas e agrícolas; e para a compra de armamentos e munições para residentes no meio rural, colecionadores, atiradores e caçadores). A “convergência com ressalvas” foi justificada, nesses três casos, por haver concordância, mas com o entendimento de que as leis propostas dependiam da “[...] celebração de convênio entre o Estado do RS e demais Estados, devidamente aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz [...]” (FIERGS, 2020a, p. 53).

Por fim, em relação à temática *Relações de Trabalho*, foram 09 projetos de lei destacados na Agenda Legislativa 2020, todos eles com posicionamentos contrários por parte das lideranças da burguesia industrial. Dos 09 Projetos, 05 propunham leis de apoio a ações afirmativas direcionadas a diferentes segmentos de trabalhadores, mais especificamente cotas de empregos (em empresas prestadoras de serviços públicos e em empresas beneficiadas com subsídios estaduais) para pessoas negras, indígenas, idosos, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiências e altas habilidades, e egressos do sistema prisional. Dentre os demais 04 projetos de lei, 01 propunha a instalação de salas de apoio à amamentação materna em empresas privadas do estado e 03 propunham o respeito a determinadas condições de contrato de trabalho em empresas prestadoras de serviços públicos (necessidade de demonstração de paridade salarial entre homens e mulheres; concessão de licença-maternidade de seis meses; e supressão dos valores mensais dos contratos de prestação de serviços públicos para a garantia de pagamento dos encargos trabalhistas nas empresas com contratos de prestação de serviços públicos) (FIERGS, 2020a, p. 34-44).

Em todos os 09 projetos de lei, as justificativas dos posicionamentos contrários foram sustentadas por dois argumentos: 1. o “[...] vício da inconstitucionalidade, pois trata de matéria de competência da União [...]”; 2. a incompatibilidade com o princípio constitucional do livre exercício da atividade econômica (e, dentro desse, da liberdade de contratação). A justificativa utilizada no Projeto de Lei n. 93/2019, propondo a criação do Programa Estadual de Enfrentamento à Reincidência no âmbito do sistema penal gaúcho (através da contratação de mão-de-obra de egressos do sistema prisional em empresas com contratos com a administração pública estadual), é ilustrativa:

Ainda que seja louvável a preocupação acerca da inserção dos indivíduos egressos do sistema penal, a matéria, por se tratar de norma de âmbito Estadual, não encontra amparo legal para prosperar, na medida em que, sob o aspecto das Licitações, a competência para legislar é Federal, acarretando, portanto, inconstitucionalidade de natureza formal.

A proposição também padece de vício de inconstitucionalidade material, por violação do princípio constitucional do “livre exercício da atividade econômica”, uma vez que há clara restrição ao livre exercício da atividade econômica, em cujo âmbito se encontra o amplo poder de gestão da empresa e o direito de escolha sobre a contratação de seus trabalhadores (FIERGS, 2020a, p. 37).

Essa apresentação da Agenda Legislativa 2020, sob o ponto de vista da problemática que orientou a construção deste artigo (as inovações políticas nas práticas classistas da burguesia industrial), permite que se destaque quatro questões principais.

A primeira delas está relacionada ao trabalho realizado pelas lideranças industriais no Rio Grande do Sul de acompanhamento das atividades realizadas na Assembleia Legislativa do estado, mais especificamente em relação aos projetos de lei que são apresentados, discutidos e aprovados (ou não) pelos/as deputados/as. Como foi indicado anteriormente, esse trabalho não teve início em 2020 e já fazia parte da atuação de diferentes Conselhos Temáticos existentes na FIERGS, em especial do COAP

(Conselho de Articulação Parlamentar). Nesse sentido, a novidade política representada pela construção de uma Agenda Legislativa Estadual, a partir de 2020, está relacionada à sistematização desse trabalho realizado em diferentes Conselhos Temáticos da entidade, numa perspectiva de definição conjunta dos Projetos de Lei e áreas de interesse da burguesia industrial no estado. Como afirmou o coordenador do COAP, industrial Cláudio Bier, durante o lançamento da Agenda Legislativa 2021 na presença do presidente da FIERGS, industrial Gilberto Porcello Petry, do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Gabriel Souza (MDB), e de mais 27 deputados estaduais (que participaram virtualmente do evento):

[...] Hoje estamos apresentando a vocês o resultado do trabalho de todos os Conselhos Temáticos da Casa, não só do Conselho que eu tenho a honra de presidir. São todos os Conselhos Temáticos da Casa que se debruçaram muito nos Projetos de Lei apresentados pelos nobres parlamentares e os demais poderes do Estado. [...]. O nosso trabalho de monitoramento do Legislativo [...] já é antigo, acompanhamos sistematicamente o trabalho da Assembleia Legislativa e participamos ao longo dos anos da maioria das grandes votações do parlamento gaúcho. A partir de 2020 transformamos esse trabalho em publicação através de nossa Agenda [...]. Queremos com essa iniciativa deixar ainda mais transparente a nossa ação em defesa dos interesses da indústria e reforçar a nossa missão [...] que é a de sempre aprimorar a interlocução com os nossos parlamentares [...]. (Industrial Cláudio Bier, coordenador do Conselho de Articulação Parlamentar – FIERGS. FIERGS, 2021. Transcrição própria).

68

A segunda questão é que, como indicado anteriormente, a construção de uma Agenda Legislativa Estadual não foi uma criação da FIERGS, mas uma adaptação subnacional de uma prática classista que, desde a década de 1990, a burguesia industrial organiza em nível nacional sob a liderança da CNI. Não foi encontrada uma referência explícita de que a agenda estadual foi uma adaptação da agenda nacional, contudo, é importante destacar que a Agenda Legislativa da Indústria resulta de um trabalho liderado pela CNI com a participação das federações estaduais e de associações setoriais da indústria. Nesse sentido, inclusive, a construção da agenda legislativa nacional impulsiona, anualmente, um debate prévio nas federações estaduais para que, como resultado dessa mobilização, possam defender seus interesses na construção da agenda nacional (CNI, 2022). Destaque, assim, que a inovação política que a FIERGS promoveu a partir da criação de uma agenda legislativa estadual, mesmo que represente uma adaptação do que já existia em âmbito nacional e em outras federações estaduais, também deve ser interpretado como resultado de uma avaliação positiva quanto aos efeitos políticos (tanto em termos de organização interna da burguesia industrial, quanto em termos de efetividade na defesa de seus interesses de classe nas casas legislativas) da existência de uma Agenda Legislativa.

A terceira questão está relacionada à publicização, através da agenda estadual, do trabalho organizado de acompanhamento e de defesa dos interesses de classe da burguesia industrial na

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Publicização não somente à presidência da Assembleia e aos deputados e deputadas, mas também a todos os industriais e suas instituições de representação sociopolítica no Rio Grande do Sul (Associações Comerciais e Industriais, no âmbito dos municípios, os Sindicatos das Indústrias, as Associações Setoriais etc.). Como ensinava Edward Thompson, no “fazer-se classe” a articulação intraclasses é fundamental (Thompson, 1987), e embora a capacidade de articulação intraclasses seja condicionada pela capacidade estrutural da classe (as diferenças de tamanho entre as empresas e a importância dos diferentes setores econômicos numa dada estrutura econômica, por exemplo, podem expressar diferenças em termos de maior ou menor intensidade na construção de identidades políticas de uma classe), ela pode ser potencializada através da capacidade organizacional da classe. O que significa que a capacidade de auto-organização de uma classe varia de acordo com a capacidade de articulação consciente que suas instituições representativas, que suas “elites orgânicas”, conseguem estabelecer entre seus membros. Assim, a construção de uma agenda legislativa estadual coloca-se como uma estratégia política de grande importância, tanto para a construção de identidades políticas no interior da burguesia industrial, em sua relação com o poder legislativo estadual, quanto para a orquestração de ações coletivas nas relações que são estabelecidas com esse poder estatal.

Por fim, a quarta questão remete a uma característica importante das práticas classistas da burguesia industrial: o dinamismo dessas práticas, que se expressa tanto na capacidade de potencializar determinadas estratégias que se consolidam nas experiências de lutas de classe, quanto na capacidade de, a partir dos desafios, conflitos, necessidades, expectativas e mudanças das conjunturas políticas, criar novas e mais amplas estratégias de atuação coletiva. Como indicou a liderança industrial anteriormente citada, o monitoramento dos trabalhos realizados na Assembleia Legislativa “já é antigo” na burguesia industrial no Rio Grande do Sul. A construção de uma Agenda Legislativa, inspirada pela avaliação positiva quanto à existência de uma Agenda Legislativa Nacional, colocou-se como uma necessidade (mas também como uma oportunidade) de um trabalho de identificação dos projetos de lei prioritários, de sistematização dessas prioridades num único documento, de apresentação desses projetos aos deputados e deputadas e para todo o “setor industrial” no estado, e de canalização dos esforços políticos (na relação direta com os deputados e no acompanhamento dos trabalhos da Assembleia) em defesa das questões avaliadas como mais importantes para a burguesia industrial.

Recoloca-se aqui a importância das lideranças industriais através de suas instituições de representação de classe, não somente no preparo para ação coletiva, na visualização de objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis, e na viabilização da inserção política e ideológica da classe, mas também no trabalho de avaliação (permanente) desse processo sociopolítico, numa perspectiva de construção de mudanças, de adaptações, de novidades, quando essas tornam-se necessárias ou, então, quando as conjunturas políticas criam oportunidades para tal construção.

4 Conclusão

A ação coletiva da burguesia industrial não pode ser tomada como um dado. Antes, pelo contrário, precisa ser tomada como problema, como um processo a ser investigado. Uma classe não existe como uma entidade abstrata, com consciência e capacidade de atuação mecanicamente definidas a partir da posição que indivíduos e grupos ocupam no conjunto das relações sociais de produção numa determinada sociedade. É preciso, nesse sentido, desvendar as condições a partir das quais estes compartilham interesses, formam uma consciência coletiva em torno desses interesses, estabelecem estratégias de atuação, e agem como força social e coletivamente organizada.

Pretendeu-se, com a análise da Agenda Legislativa Estadual construída pelas lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, indicar como esse processo de fazer-se enquanto força social e coletivamente organizada implica, também, dinâmicas de inovações nas práticas classistas; ou seja, nas estratégias que uma determinada classe (ou fração de classe) utiliza para e na defesa de seus interesses de classe. A necessidade de um trabalho mais sistematizado e com maior visibilidade (tanto interna quanto na relação estabelecida com o parlamento gaúcho), somada à oportunidade oferecida a partir do exemplo de agendas legislativas já existentes, colocaram-se como condições importantes para que, a partir de 2020, as lideranças industriais promovessem inovações em suas formas de atuação e de defesa dos interesses de classe no âmbito subnacional, em especial no poder legislativo estadual.

70 Duas questões, pelo menos, ficaram abertas na análise apresentada. A primeira está relacionada aos pressupostos políticos e ideológicos que orientam o trabalho de acompanhamento e de seleção de projetos de lei que são de interesse da burguesia industrial em sua relação com o poder legislativo. A segunda remete à efetividade das ações classistas ou da capacidade classista que a burguesia industrial demonstra ter na defesa dos projetos de lei que avalia serem os mais importantes dentre aqueles que são discutidos e encaminhados para a votação no poder legislativo. Essas são questões, no entanto, que podem ser enfrentadas por novas investigações. No caso da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, agora inclusive com o benefício do acúmulo de novas Agendas Legislativas Estaduais.

5 Referências

CADONÁ, M. A. A burguesia industrial e o desenvolvimento subnacional no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos posicionamentos da FIERGS em relação ao salário mínimo estadual durante o governo de Yeda Crusius (2007 - 2010). **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 46, p. 161-180, 2016.

CADONÁ, M. A. **A inserção neoliberal**: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CADONÁ, M. A. **Dos Bastidores ao Centro do Palco:** a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de democratização. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CADONÁ, M. A. Os Encontros Nacionais da Indústria (ENAI): a burguesia industrial agindo como força social e coletivamente organizada. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 45, p. 242-258, 2015.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DINIZ, E. O empresariado e a Nova República: algumas considerações. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 5, 1986.

DINIZ, E. Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 11, 1987.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado** - Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

71

DREIFUSS, R. A. **A internacional capitalista:** estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná 2007**. Paraná: Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, 2007. Disponível em: [https://www.sistemafiep.org.br/uploadAddress/Agenda2007\[57027\]-2007\[90657\].pdf](https://www.sistemafiep.org.br/uploadAddress/Agenda2007[57027]-2007[90657].pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS. **Agenda Legislativa 2020**. Porto Alegre: FIERGS/CIERGS, 2020a.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS. **Atuação**. 20---. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/atuacao>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS. **Lançamento da Agenda Legislativa 2021**. In: TV FIERGS. 03 mai. 2021. 1 vídeo (1h11m32s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EOLIWZ11Rto&ab_channel=TVFIERGS. Acesso em: 20 abr. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS.

Semana FIERGS. n. 13, ano XXV, 03 abr. 2020. 2020b.

GROS, D. B. A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (Org.). **O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto**. Porto Alegre: FEE, Tomo I, p. 382-400, 1990.

GROS, D. B. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional (1964 – 1978)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 1987.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia da Prática Social**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MANCUSO, W. P. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt05-22/4160-wmancuso-o-lobby/file>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

72

MINELLA, A. C. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: A rede transassociativa no ano 2006. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 31-56, jun. 2007.

SANTOS, M. L. et. al. **Financiamento de campanha e lobbying empresarial nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 2622, 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Industrial bourgeoisie and innovation in class practices: the political performance of the FIERGS in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul

ABSTRACT: The article problematizes the political innovations present in the class practices mobilized by the industrial bourgeoisie in Brazil, aiming to defend their interests in subnational instances of state decision. The way in which the concept of class practices is used presupposes that social classes define and redefine their ways of acting taking into account needs and political opportunities that arise from their struggle experiences. In this sense, taking the political action of FIERGS (Federation of Industries of Rio Grande do Sul) as a reference, the continuities and changes in the class practices of the gaucho industrial bourgeoisie are analyzed, aiming to defend their interests in the Legislative Assembly. The analysis emphasizes the creation of a State Legislative Agenda that, as of 2020, gave a new organicity to the class practices used by the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul in its relationship with the subnational legislative power.

KEYWORDS: Industrial Bourgeoisie; FIERGS; Class Practices; Political Innovation; Legislative Agenda.

Burguesía industrial e innovación en prácticas de clase: la acción política de la FIERGS en la Asamblea Legislativa de Rio Grande do Sul

RESUMEN: El artículo problematiza las innovaciones políticas presentes en las prácticas de clase movilizadas por la burguesía industrial en Brasil, con el objetivo de defender sus intereses en instancias subnacionales de decisión estatal. La forma en que se utiliza el concepto de prácticas de clase presupone que las clases sociales definen y redefinen sus formas de actuar teniendo en cuenta las necesidades y oportunidades políticas que surgen de sus experiencias de lucha. En ese sentido, tomando como referencia la acción política de la FIERGS (Federación de Industrias de Rio Grande do Sul), se analizan las continuidades y cambios en las prácticas de clase de la burguesía industrial gaucha, con el objetivo de defender sus intereses en la Asamblea Legislativa. El análisis enfatiza la creación de una Agenda Legislativa Estadual que, a partir de 2020, dio una nueva organicidad a las prácticas de clase utilizadas por la burguesía industrial de Rio Grande do Sul en su relación con el poder legislativo subnacional.

PALABRAS CLAVE: Burguesía industrial; FIERGS; Prácticas de Clase; Innovación Política; Agenda Legislativa.